

Sumário

Introdução	1
1. Licitações internacionais	3
1.1 Isonomia entre licitantes nacionais e estrangeiros	8
2. Empresas estrangeiras sem funcionamento no país	11
2.1 Qual a razão para a participação de empresas estrangeiras sem funcionamento no país em processos licitatórios?	13
2.2 Participação da empresa estrangeira em consórcios de empresas	16
3. Requisitos de habilitação em processos licitatórios	27
4. Requisitos de habilitação de empresas estrangeiras sem funcionamento no país em processos licitatórios	31
4.1 A Notarização	32
4.2 Consularização de documentos e Apostilamento conforme Convenção de Haia	35
4.3 Obrigação de representação no Brasil	37
5. Habilitação de empresas Norte-americanas sem funcionamento no país em processos licitatórios	43
5.1 Certificados de Secretários Adjuntos (Assistant Secretary Certificate)	43
5.2 Habilitação Jurídica	45
5.2.1 Alguns aspectos da Lei de Delaware	46
5.3 Qualificação Técnica	50
5.3.1 Registro ou inscrição na entidade profissional	51
5.3.2 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade ou Atestado de Capacidade técnica	52
5.4 Qualificação econômico-financeira	54

5.4.1 Inexistência de órgãos capazes de emitir certidão ou atestado que comprove que a empresa não se encontra em processo falência e/ou recuperação judicial ou administrativa	55
5.4.2 PACER – Public Access to Court Electronic Records dos Estados Unidos	57
5.4.3 Demonstrações contábeis.....	58
5.5 Regularidade Fiscal e Trabalhista	60
5.5.1 Regularidade fiscal	60
5.5.2 CNPJ para empresas estrangeiras.....	61
5.5.3 Regularidade com a seguridade social e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.....	64
5.5.4 Regularidade trabalhista	65
5.6 Declaração do Departamento de Comércio do Estados Unidos da América no Brasil (U.S. Consulate General – U.S. Commercial Services)	65
6. Sumário da equivalência entre documentos Norte-americanos e brasileiros, inexistência de documentos e prazo de validade de documentos	67
6.1 Habilitação jurídica	67
6.2 Qualificação Fiscal - Trabalhista	68
6.3 Qualificação Técnica	69
6.4 Qualificação Econômico-Financeira.....	69
7. Sugestão de questionamentos	71
7.1 Habilitação Jurídica	71
7.2 Qualificação fiscal financeira.....	72
7.3 Qualificação Técnica.....	73
7.4 Qualificação econômica e financeira	74
7.5 Aspectos gerais da habilitação.....	74
7.6 Convenção de haia/apostilamento de documentos	75
8. Impugnação	77
8.1 Modelo de Impugnação	78
9. Preparação da pasta de habilitação de empresas norte americanas sem decreto de autorização	81
9.1 Apresentação dos documentos	81
9.2 Referência de documentos para Habilitação	82

10. Recursos administrativos	85
10.1 Modelo de Recurso Administrativo.....	86
11. Modelos de declaração	89
11.1 Declaração de Impossibilidade de Apresentação de Documentos de Habilitação	89
11.2 Sujeição à Tributação Norte Americana e Recolhimento de Impostos devidos às Autoridades Norte-Americanas.....	90
11.3 Inexistência de contribuição de natureza equivalentes ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço – FGTS.....	92
11.4 Inexistência de órgão equivalentes à Junta Comercial ou Registro de Comércio que possam expedir certificados com dados sobre a eleição dos administradores ou diretores	92
11.5 Inexistência de cortes especializadas trabalhistas e impossibilidade de emissão de certidões negativas de débito trabalhista, cíveis ou comerciais, equivalente às CNDT’s – Certidão de Débito Trabalhista no Brasil	93
11.6 Inexistência de Distribuidores legais ou Cortes com poderes para emitir certidões negativas e declaração que a Empresa não se encontra, na presente data, em processo de insolvência, falência ou recuperação judicial, recuperação judicial ou extrajudicial, bem como situações assemelhadas a estas.....	94
11.7 Declaração de equivalência dos documentos Norte Americanos com os documentos brasileiros	95
11.8 Declaração sobre convenção de Haia	96
11.9 Inexistência de Registro/Inscrição ou de Entidade Profissionais de Classe assemelhadas às Brasileiras	97
Conclusão	99
Bibliografia	105